



CORTE ESPECIAL

Ação Declaratória nº: **336063-6**

Autor: **Município de Custódia**

Réu: **Sindicato dos Servidores Municipais de Custódia - SISMUC**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Rel Subst: **Des. Antônio Fernando Araújo Martins**

Acórdão

EMENTA: AÇÃO DECLARATÓRIA. GREVE DE PROFESSORES. ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE. PLEITO DA MUNICIPALIDADE PARA SUSPENSÃO DO MOVIMENTO. SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL. ACESSO À EDUCAÇÃO. DIREITO PREVISTO NA CF. TUTELA ANTECIPADA. PRESENÇA DOS REQUISITOS. DEFERIMENTO. 1. Os movimentos paredistas realizados por servidores públicos, em princípio, demandam os mesmo objetivos que aqueles da iniciativa privada, como melhores salários, condições de trabalho, etc. No entanto, os movimentos deflagrados por professores da rede pública, pelo quais requerem direitos análogos ao da iniciativa privada, entretanto, não devem provocar suspensão das aulas aos estudantes, em sua maioria humildes crianças, evidentemente dependentes das aulas diárias e de alimentação. A perda da carga horária será irreversível. 2. O direito à educação, e ao ensino público, é direito essencial ao desenvolvimento humano e intelectual das crianças e dos jovens, assim assegurado pela Carta Constitucional de 1988, não podendo perecer diante de movimentos grevistas de professores, ao contrário, prevalecendo ante a paralisação. 3. O pedido de antecipação de tutela deve se amoldar aos pressupostos detalhados pelo Código de Processo Civil no art. 273, quais sejam, prova inequívoca, verossimilhança das alegações, a verificação de dano irreparável ou de difícil reparação, além da possibilidade da medida poder vir a ser revertida. Presentes esses requisitos legais, mostra-se correto o deferimento da medida pretendida. Multa cominatória arbitrada em R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia, limitada a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Antecipação de Tutela deferida. Decisão unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Ação Declaratória nº **336063-6**, da Comarca do Recife, em que figuram como Autor **Município de Custódia**, e como Agravado o **Sindicato dos Servidores Municipais de Custódia - SISMUC**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da **Colenda Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**, à unanimidade de votos, em **DEFERIR** o pedido de tutela antecipada formulado na Ação Declaratória referida pelo **Município de Custódia**, conforme decisão e termo de julgamento em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 16 de 06 de 2014.


Des. Antônio Fernando Araújo Martins
Relator Substituto